

PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Elison Borsatto
Jessica A. Silva
Renan R. Alves
Wagner Daniel P. Carlin
Kemylli Farinon

Resumo

A promoção da saúde e a prevenção de doenças configuram-se como pilares centrais da saúde pública contemporânea, especialmente diante dos efeitos prolongados da pandemia de Covid-19. Conforme apontam Campos (2000), e Buss et al (2007), a promoção da saúde ultrapassa a dimensão curativa, articulando-se com os determinantes sociais, econômicos e culturais que influenciam o bem-estar coletivo. No contexto brasileiro, estudos recentes evidenciam o agravamento dos transtornos psíquicos e o aumento do uso de psicofármacos durante e após a pandemia (Barros et al, 2023), enquanto as redes sociais se consolidaram como espaços de debate e expressão de angústias, resignificando o papel da saúde mental na esfera pública (Araujo et al , 2024). Além disso, a retomada das campanhas de vacinação e os esforços do Ministério da Saúde para ampliar as coberturas vacinais reforçam a importância da promoção da saúde como estratégia essencial de proteção coletiva visto que, em 2024, o país registrou avanço em 13 das 16 vacinas infantis (Brasil, 2024) e pesquisas recentes revelaram que 82,7% dos

brasileiros reconhecem a vacinação como “muito importante” (Fiocruz Rondônia, 2024).

Nesse contexto, a problemática central é: como desenvolver políticas públicas e ações sociais integradas que respondam aos desafios da saúde mental, da prevenção das doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) e da vacinação, especialmente em cenários marcados pela desinformação? O objetivo é analisar estratégias que possam ser aplicadas em municípios de médio porte, considerando a relevância social e científica da temática. A justificativa está no fato de que tais problemas afetam diretamente a qualidade de vida da população e a sustentabilidade do sistema de saúde.

A pesquisa caracteriza-se como de revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa. Foram consultados artigos científicos disponíveis no portal Periódicos CAPES e em revistas científicas nacionais, publicados entre 2018 e 2025. Os descritores utilizados foram: “saúde mental pós-pandemia”, “doenças crônicas e alimentação saudável”, “vacinação e desinformação”. A seleção resultou em cinco artigos diretamente relacionados às temáticas investigadas.

No campo da saúde mental, os achados apontam para a necessidade urgente de fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), por meio da ampliação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), da integração da telessaúde e da promoção de projetos educativos em escolas e comunidades. Tais estratégias são essenciais diante do aumento do uso de psicotrópicos e da intensificação de sintomas ansiosos e depressivos na população brasileira (Barros et al, 2023; Araujo et al, 2024). Conforme destaca Cecílio (2022), a saúde mental deve ser entendida em sua dimensão integral e coletiva, considerando não apenas a doença, mas os determinantes sociais que influenciam o sofrimento psíquico. Notícias recentes reforçam essa preocupação: o Brasil enfrenta crescimento expressivo nos casos de depressão e ansiedade, especialmente entre jovens e mulheres, refletindo um quadro pós-pandêmico de fragilidade emocional e escassez de políticas públicas sustentáveis.

Em relação à prevenção das doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), a literatura ressalta a importância de políticas contínuas de promoção de hábitos alimentares saudáveis e incentivo à prática regular de atividade física. Uma revisão integrativa recente demonstrou que ações de educação alimentar e redução do consumo de ultraprocessados estão entre as mais eficazes na mitigação de fatores de risco associados a essas doenças (Nascimento et al, 2024). Dados do IBGE, divulgados pela Agência Brasil (2025), apontam que a obesidade já atinge 60% da população adulta brasileira, revelando a urgência de políticas públicas intersetoriais que combinem ações preventivas, transparência na execução orçamentária e educação em saúde. Nesse sentido, Santos (2021) enfatiza que a efetivação do direito à saúde requer uma gestão pública ética e democrática, capaz de articular saberes técnicos e experiências sociais.

No tocante à vacinação, os estudos e as notícias recentes evidenciam o impacto da desinformação e dos discursos negacionistas sobre a queda nas taxas de cobertura vacinal, especialmente entre crianças e adolescentes. O Brasil registrou a menor cobertura vacinal infantil dos últimos 30 anos, reflexo direto da circulação de fake news e da desconfiança em relação às instituições de saúde. Essa problemática não se restringe à Covid-19: análises contemporâneas demonstram a propagação de desinformação também sobre vacinas como a da dengue, gerando percepções equivocadas e resistência na opinião pública. Nesse cenário, estratégias de comunicação digital ética, aliadas à mobilização de lideranças comunitárias e à atuação integrada de profissionais de saúde e da mídia, são fundamentais para restabelecer a confiança social na imunização e fortalecer o pacto coletivo pela vida.

Por fim, observa-se um elo evidente entre esses desafios e a contabilidade pública: segundo o IBGE (2025), o crescimento dos gastos governamentais com doenças crônicas e transtornos mentais evidencia o impacto econômico da ausência de políticas preventivas eficazes. Assim, uma gestão orçamentária ética, participativa e transparente torna-se indispensável para equilibrar as demandas da saúde mental, da imunização

e da prevenção de DCNTs, garantindo eficiência no uso dos recursos e justiça social na alocação orçamentária.

Os resultados indicam que a integração intersetorial é essencial para enfrentar os desafios estruturais da saúde pública e otimizar recursos em contextos de orçamento restrito. A problemática central — a fragmentação das políticas e a insuficiência de ações coordenadas — pode ser mitigada pela articulação entre governo, escolas, profissionais de saúde e meios de comunicação, o que amplia o alcance das campanhas e fortalece a educação em saúde. Essa integração permite equilibrar prioridades entre saúde mental, prevenção de DCNTs e vacinação, promovendo respostas mais equitativas e sustentáveis. Sob uma perspectiva ética e social, conforme argumenta Santos (2021), a informação pública confiável e a responsabilidade coletiva são pilares indispensáveis para o exercício da cidadania em saúde, uma vez que a desinformação fragiliza a confiança social e compromete a efetividade das políticas públicas. Como caminhos futuros, recomenda-se a ampliação da telessaúde para acompanhamento psicossocial remoto, o fortalecimento de políticas de incentivo à alimentação saudável e a implementação de estratégias permanentes de comunicação comunitária voltadas à valorização da ciência e à reconstrução da confiança nas instituições sanitárias.

Conclui-se que os desafios contemporâneos em saúde pública só podem ser superados por meio de estratégias inovadoras, colaborativas e sustentáveis, capazes de articular saberes técnicos, gestão pública eficiente e participação social. A valorização da educação em saúde, o combate ativo à desinformação e a promoção de práticas preventivas devem ocupar posição central nas políticas públicas, assegurando equidade, eficiência e compromisso ético com a vida. Para superar tais obstáculos, é imprescindível consolidar políticas públicas sustentáveis e fortalecer uma ética social na administração dos recursos, de modo que a transparência e a responsabilidade orçamentária garantam a efetividade das ações. Ademais, torna-se fundamental intensificar as campanhas de conscientização e ampliar as redes de apoio à saúde mental, reafirmando o direito universal à saúde e

o dever coletivo de promover o bem-estar físico, psicológico e social da população.

AGÊNCIA BRASIL. Obesidade atinge 60% da população adulta, segundo IBGE. Brasília, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 28 out. 2025.

ARAUJO, M.; PEDROLLO, L.; VEDANA, K. Saúde mental e redes sociais no contexto pós-pandêmico. *Revista Brasileira de Saúde Mental*, v. 13, n. 2, p. 45-60, 2024.

BARROS, R.; SILVA, T. Transtornos psíquicos e medicalização após a pandemia de Covid-19. *Revista de Psicologia e Saúde*, v. 15, n. 1, p. 89-105, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cobertura vacinal no Brasil cresce em 2024. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>. Acesso em: 28 out. 2025.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.

CAMPOS, G. W. S. Saúde pública e gestão democrática: desafios da integralidade. São Paulo: Hucitec, 2000.

CECÍLIO, L. C. O. Gestão em saúde e ética pública: dilemas e caminhos possíveis. *Revista Brasileira de Saúde Coletiva*, v. 32, n. 4, p. 55-70, 2022.

NASCIMENTO, D. S. do; SILVA, C. F. da. Alimentação saudável: uma abordagem para prevenção de doenças crônicas – revisão integrativa. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 3, 2024

E-MAIL:jesica.rodrigues2010@hotmail.com